

1 **Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos quatorze dias de**
2 **abril de dois mil e dez.** Estiveram presentes os seguintes **CONSELHEIROS TITULARES: I. Usuários: I.1.**
3 **Movimentos Sociais:** Sr. André Rodrigues Ribeiro, Sr. João Xavier, Sra. Maria de Fátima S. da Silva; **I.2.**
4 **Movimento Popular de Saúde:** Sra. Denise Mateus, Sra. Izabel Pereira de Oliveira, Sra. Leonilda Bravo Cabrera;
5 **I.3. Conselhos Locais de Saúde:** Sr. Cláudio Trombetta, Sr. José Mendes Juvenal, Sra. Maria Gil de Andrade, Sra.
6 Maria Helena Nogueira, Sra. Maria José Marta da Costa; **I.4. Associação de Portadores de Patologias:** Sra. Érica
7 da Silva Vitorino; **I.5. Movimentos Sindicais:** Sr. Adilson Momento, Sr. Francisco Genésio Lima de Mesquita; **II.**
8 **Trabalhadores: II.1. Trabalhadores dos Serviços de Saúde Municipais: a. Rede:** Sra. Francisca Francilete da
9 Silva, Sr. João das Graças Silva; **b. VISA:** Sra. Eloísa Israel de Macedo; **c. Hospitais e/ou Prontos-Atendimentos**
10 **e/ou Prontos-Socorros:** Sra. Wilma Rosendo da Silva; **II.2. Associações de Docentes das Universidades:** Sra.
11 Maria Tereza Cristina T. L. Martins, Sr. Mauro Antônio Pires D. da S.; **II.3. Entidade de Prestadores de Serviços**
12 **de Saúde Privados:** Sr. José Augusto de Souza; **II.4. Trabalhadores Estaduais de Saúde:** Sr. Luís Cláudio Pinto da
13 Penha; **III. Gestores: III.1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sr. Pedro Humberto S. Scavariello, Sr. Salvador
14 Affonso F. Pinheiro; **III.2. Departamento Regional de Saúde VII:** Sra. Rosaura Correia Leves; **III.3. Hospitais**
15 **Universitários:** Sr. Edilson Baqueiro; **III.4. Universidades:** Sra. Elizabeth Aparecida Costa; **III.5. Prestadores em**
16 **Serviço em Co-Gestão:** Sr. Eduardo Gaiger Keunecke; e os seguintes **CONSELHEIROS SUPLENTE:** **I. Usuários:**
17 **I.1. Movimento Popular de Saúde:** Sr. Lúcio Rodrigues; **I.2. Conselhos Locais de Saúde:** Sra. Teresita del Niño
18 Jesus de La Nuez Quintana; **I.3. Movimentos Sindicais:** Sra. Mercedes dos Santos; **II. Trabalhadores: II.1.**
19 **Trabalhadores dos Serviços de Saúde Municipais: a. Rede:** Sra. Maria Ivonilde Lúcio Vitorino; **III. Gestores:**
20 **III.1. Hospitais Universitários:** Sra. Simone Pereira Rosa. Às dezoito horas e trinta minutos fora realizado a
21 primeira contagem de quórum. Às dezenove horas, o Sr. André iniciou a reunião dando as boas vindas aos
22 participantes. O Sr. André realizou a leitura das pautas do dia, sendo **I. Informes; II. Votação da Ata de 24 de**
23 **março; III. Apresentação, discussão e votação das alterações das Legislações dos Conselhos Locais,**
24 **apresentada pela Sra. Maria Ivonilde; IV. Apresentação e discussão da Prorrogação do Convênio entre a**
25 **Maternidade de Campinas e a Secretaria Municipal de Saúde, apresentada pela Dra. Ivanilde; V.**
26 **Apresentação e discussão da Prorrogação do Convênio entre o Instituto Raskin Sociedade Beneficente e a**
27 **Secretaria Municipal de Saúde, apresentada pela Dra. Valéria.** O Sr. André convidou o Sr. Salvador para
28 compor a Mesa Diretora. O Sr. Pedro Humberto, presidente do Conselho Municipal de Saúde, agradeceu a
29 presença de todos os participantes. A Sra. Yara parabenizou a Sra. Teresinha pelo aniversário. A Sra. Maria
30 Helena relatou que foi discutido na Comissão da Secretaria Executiva e propôs que os informes fossem
31 transferidos para o último ponto de pauta, pois tem comprometido o desenvolvimento das pautas. O Sr. José
32 Carlos explicou que os informes foram modificados de acordo com votação anterior, sendo publicado em
33 forma de resolução. Em regime de votação, o retorno dos informes ao último ponto de pauta obteve 09 (nove)
34 votos favoráveis, 12 (doze) votos contrários e 01 (uma) abstenção, sendo rejeitada a proposta. O Sr. Trombetta
35 iniciou sua fala lembrando que cargo de conselheiro não é remunerado e argumentou que a Sra. Ivonilde
36 trabalhava para a rede básica e, agora, está trabalhando no Conselho Municipal de Saúde. afirmou que, pelo
37 fato da mesma ser remunerada e conselheira, tem duas opções, sendo renunciar como conselheira municipal
38 de saúde ou sair da Secretaria Executiva do CMS. afirmou que estaria comunicando ao pleno e depois
39 encaminharia a outras instâncias, como Conselho Estadual de Saúde, Conselho Nacional de Saúde e Ministério
40 Público. O Sr. André falou do Grupo de Trabalho para a criação do Plano Municipal da Saúde da População
41 LGBT, devendo ser composta por dois conselheiros usuários, um conselheiro trabalhador e um conselheiro
42 gestor. O Sr. José Carlos falou sobre a 2ª Conferência Municipal de Saúde Mental, realizada nos dias 09, 10 e 11
43 de abril, sendo a continuação a ser realizada no dia 17 de abril, às 08:30, no auditório do Instituto Agrônomo
44 de Campinas. O Sr. Lúcio informou que o Movimento Popular de Saúde realizou no dia 07 de abril, uma
45 discussão sobre terceirização da saúde e sobre o fortalecimento das discussões de políticas públicas de saúde.
46 O Sr. Pedro Humberto falou sobre a importância da 2ª Conferência Municipal de Saúde Mental e parabenizou
47 os conselheiros municipais de saúde que participaram da conferência, citando-os nominalmente e agradeceu o
48 trabalho da Comissão Organizadora. Parabenizou a Sra. Neide pela eleição como Coordenadora do Conselho
49 Local de Saúde do Hospital Municipal Dr. Mário Gatti e aos conselheiros locais eleitos. O Sr. Salvador reafirmou
50 que o Conselho Local de Saúde do Hospital Municipal Dr. Mário Gatti é um espaço aberto, legítimo e
51 democrático, com pessoas imbuídas da melhoria do Sistema Único de Saúde. Reafirmou que não é realizada
52 política partidária e sim, técnica, visando ao melhor atendimento ao usuário. Agradeceu o Sr. Buck, antigo
53 coordenador da Comissão Executiva e afirmou que foi um aprendizado grande. O Sr. José Carlos nomeou a Sra.
54 Maria Gil como conselheira municipal de saúde titular, pelo segmento usuários, como representante do
55 Conselho Distrital de Saúde Sudoeste. O Sr. José Carlos iniciou a pauta **II. Votação da Ata de 24 de março,**

56 sendo **APROVADA** com 01 (uma) abstenção. A Sra. Maria Ivonilde iniciou a apresentação da **Proposta de**
57 **Normatização da Secretaria Executiva**. Abertas as inscrições, a Sra. Maria Helena questionou o horário de
58 funcionamento da Secretaria Executiva e apontou que teve problemas em relação ao início do expediente em
59 um dia específico. O Sr. Pedro Humberto argumentou que a Sra. Maria Helena não se colocou contrária à
60 normatização e, sim, apontou um fato ocorrido. A Sra. Yara informou que a sala de reuniões do Conselho
61 Municipal de Saúde tem sido emprestada para reuniões de Departamentos da Secretaria Municipal de Saúde.
62 Apontou que a Secretaria Executiva tem horário de almoço, porém os funcionários realizam horários
63 alternados para evitar que a sala fique fechada e que a sala dificilmente fica vazia, a menos que o funcionário
64 tenha que encaminhar documentos em outro local. O Sr. Pedro afirmou que o Conselho Municipal de Saúde
65 necessita de mais auxiliares administrativos, pois possui dois períodos sem um auxiliar. O Sr. Trombetta
66 informou que não havia advogados na comissão de legislação, podendo ocorrer erros e equívocos, sendo que a
67 comissão tentara regulamentar e padronizar as leis. Afirmou que as propostas de leis devem ser discutidas por
68 todos e alteradas a partir das opiniões dos conselheiros. Explicou que a comissão tentara adequar a legislação
69 de acordo com o Conselho Estadual de Saúde. O Sr. Lúcio solicitou uma questão de ordem, questionando quais
70 os conselheiros aptos a votar. O Sr. José Carlos realizou a leitura. Em regime de votação, o Conselho Municipal
71 de Saúde **APROVA**, por unanimidade, a **Normatização da Secretaria Executiva**. O Sr. José Carlos informou que
72 a continuação da discussão das outras propostas de legislação ocorrerá em reunião extraordinária a realizar-se
73 no dia 19 de junho, sendo aprovada por unanimidade pelo Pleno. Solicitou a presença da Sr. Edson na Mesa
74 Diretora, representando os conselheiros gestores. A Sra. Wilma solicitou uma questão de ordem, agradecendo
75 a presença da Dra. Ivanilde no Conselho Fiscal de Saúde, esclarecendo as dúvidas dos conselheiros. O Sr. Pedro
76 Humberto cumprimentou a delegação de visita técnica de profissionais do Peru ao SUS Campinas,
77 apresentando os presentes. A Dra. Ivanilde iniciou a apresentação da pauta: **Apresentação e discussão da**
78 **Prorrogação do Convênio entre a Maternidade de Campinas e a Secretaria Municipal de Saúde**, explicando
79 que se trata de prorrogação por 12 (doze) meses, não havendo inclusões ou exclusões de nenhum plano de
80 trabalho. Apresentou os números de atendimentos da Maternidade de Campinas, sendo o valor do convênio
81 R\$ 1.112.409,75 (um milhão, cento e doze mil, quatrocentos e nove reais e setenta e cinco centavos).
82 Apresentou o contrato de metas e a avaliação dos usuários. Abertas as falas, a Sra. Eloísa falou sobre a
83 importância do contrato de metas para os convênios com a Secretaria Municipal de Saúde. Afirmou que os
84 contratos de metas são os indicadores da qualidade do convênio, existindo indicadores importantíssimos. Falou
85 sobre a importância da participação de todos na elaboração e aplicação do contrato de metas. Parabenizou a
86 Dra. Ivanilde. Sugeriu que na próxima apresentação, fossem demonstradas as metas e a porcentagem que foi
87 ou não cumprida, havendo prestação de contas. A Sra. Francisca perguntou se a realização de exames como o
88 ultrassom fora direcionada para outros serviços. Apontou sobre a demanda grande de ultrassom, havendo
89 tempo de espera de, aproximadamente, um ano em casos como o ultrassom transvaginal ou o exame para
90 gestantes. Afirmou não ser justo o prazo de espera para a realização destes exames, pois são importantes para
91 prevenção. A Sra. Maria Helena questionou se o contrato de metas abrange as comissões de ética e de óbito.
92 Perguntou sobre os exames realizados na Maternidade são agendados pelo Sistema SOL, abrangendo a cidade
93 toda ou apenas a área do Distrito de Saúde Norte. Informou que a Comissão de Visitas esteve na Maternidade
94 e verificou-se que pacientes da DRS 7, sendo que o estado não vem repassando a verba em tempo, causando
95 problemas para a entidade. Apontou problemas em relação à reeducandas, pois a Secretaria de Assistência
96 Social encaminha essas pacientes para o parto e não possui retaguarda para elas. O Sr. Trombetta parabenizou
97 a apresentação e o encaminhamento dos documentos ao Conselho Fiscal de Saúde. Apontou a questão da
98 segregação ou “porta dupla” entre o SUS e os conveniados. Afirmou ser “*apartheid*”, contrário ao que
99 preconiza a humanização do SUS. Diz que este fato está irregular, pois o SUS também é um convênio, sendo
100 que paga melhor que a UNIMED. Falou que o Conselho Fiscal de Saúde aprova a prorrogação, porém é
101 contrário à segregação. Esclareceu que a litotripsia não fora realizado o número de exames contratado. A Sra.
102 Teresita felicitou a comissão do Peru. Parabenizou o trabalho, porém apontou como regressão à questão da
103 entrada das pessoas, com a segregação entre pacientes do SUS e conveniados, sendo todos iguais. A Sra. Liana
104 perguntou se o número apontado de 700 consultas por mês abrange apenas o SUS ou os conveniados também.
105 A Sra. Wilma reforçou a fala do Sr. Trombetta sobre a segregação entre a entrada de pacientes SUS e
106 conveniados. O Sr. Lúcio agradeceu a apresentação do convênio e a forma como foi encaminhado ao Conselho
107 Municipal de Saúde. Solicitou esclarecimento na questão de exames de ultrassonografia, onde foi contratado
108 um número e realizado um número pequeno. Questionou os números apresentados e a relação entre o
109 contratado e o realizado. Falou que a população necessita de mais exames de especialidades. O Sr. Edson
110 agradeceu, em nome do Distrito de Saúde Norte, o empenho em fortalecer a questão da gestão do presente

111 convênio, abrindo a discussão para os usuários, crescendo na parceria. A Dra. Ivanilde explicou que, em relação
112 ao contrato de metas, fora produzido slide com a prestação de contas e comprometeu-se a encaminhar ao
113 Conselho Municipal de Saúde, estando o mesmo tabulado. Sobre o ultrassom, explicou que o encaminhamento
114 das gestantes é para os serviços mais próximos. Explicou que para determinar a quantidade de exames
115 conveniados é considerada a necessidade do município e a capacidade do prestador em ofertar um serviço
116 com qualidade. Explicou os critérios usados para a determinação e priorização dos exames de ultrassom, com a
117 linha de cuidado, onde é preferível que a gestante em urgência/emergência faça os exames no mesmo local de
118 internação, diferentemente da gestante em gestação normal, podendo ser em outro local, de forma agendada.
119 Falou que o município comprou os exames de ultrassom de outros prestadores. Afirmou existir as Comissões
120 de Ética e de Óbito e outras necessárias pelos Conselhos, como o Conselho Regional de Medicina e do Conselho
121 Regional de Enfermagem. Sobre a questão das reeducandas, explicou que, devido ao fato da Maternidade ser
122 referência para as presidiárias, há dificuldade quando a mesma retorna ao centro de detenção, pois o mesmo
123 não tem estrutura para manter a mãe e o bebê juntos em locais separados. Afirmou que existe uma discussão
124 envolvendo a Secretaria de Assistência Social, pois a mãe tem ficado mais tempo internada, sem a indicação
125 médica e sim social. Em relação à porta única, afirmou que o Sr. Trombetta colocou a questão durante a visita e
126 o presidente da Maternidade apontou o interesse em unificar as portas, dentro da política de humanização,
127 porém faz-se necessário. Lembrou que o SUS também é um conveniado e explicou que o número de
128 internações apresentado é somente relacionado ao SUS. A Dra. Valéria explicou que, em relação à mamografia,
129 não fora alterado o quantitativo, pois o mamógrafo está sendo instalado no Complexo Hospitalar Ouro Verde.
130 Em relação ao ultrassom, fora ampliada a oferta em serviços próprios e em conveniados. Afirmou que estão
131 recebendo equipamentos de ultrassom em dezembro, havendo ampliação de serviço. Sobre a litotripsia,
132 explicou que é um procedimento clínico, explicou que tem sido adequado nos outros conveniados, sendo
133 estruturando o serviço e a oferta de Urologia, em outros serviços. O Dr. Carlos Alberto, presidente da
134 Maternidade de Campinas, lembrou da história de contratos entre a entidade e a Secretaria Municipal de
135 Saúde, apontando que houve evoluções no relacionamento entre o prestador e o Poder Público, sendo
136 melhorado significativamente, onde existe o diálogo para apontar os problemas e as formas de saná-los. Em
137 relação ao apontamento do Sr. Trombetta e outros conselheiros, colocou-se chateado, onde concordou que
138 existam “duas portas” de entrada, porém em momento nenhum caracteriza-se uma discriminação. Explicou
139 que a prestadora busca uma otimização dos serviços, onde existem funcionários para atender as pacientes do
140 SUS e as pacientes conveniadas. Argumentou que as pacientes do SUS e conveniadas particular utilizam os
141 mesmos recursos. Afirmou que a Maternidade está preocupada em resolver a questão apresentada. Falou que,
142 devido ao encerramento das atividades da rodoviária, a Maternidade apresenta uma dívida bancária de R\$
143 11.000.000,00 (onze milhões de reais), com isso dificulta a reforma na recepção, sendo o projeto de unificar as
144 entradas. A Sra. Maria Cecília esclareceu que quando fora feito o projeto de urgência/emergência do município
145 abrangeu todos os serviços, incluindo a Maternidade, porém não obteve êxito em captar recursos para a
146 execução do projeto de reforma da prestadora. O Sr. Trombetta explicou que usou o termo no sentido de
147 separação, sendo que a entrada de conveniado é diferenciada da entrada do SUS. Em regime de votação, o
148 Conselho Municipal de Saúde **APROVOU**, com apenas 01 (uma) abstenção, a prorrogação do convênio entre a
149 Maternidade e a Secretaria Municipal de Saúde. O Sr. Trombetta solicitou declaração de voto justificando que
150 vota favorável, porém ressalva a questão da separação entre as entradas. O Sr. Fernando José Assoni,
151 coordenador geral suplente da Coordenação de Integração Regional, agradeceu a Secretaria Municipal de
152 Saúde e o Conselho Municipal de Saúde pela cooperação durante a visita da comissão do Peru. Explicou o papel
153 do Brasil como referência aos países latino-americanos que planejam reformas em seus sistemas de saúde. O
154 Dr. Manuel Jumpa Santamaria, assessor do Ministério da Saúde, apresentou a comitiva presente na reunião do
155 Pleno e agradeceu a oportunidade de aprender com o Brasil e com Campinas, com a participação popular no
156 Sistema Único de Saúde. O Sr. Pedro Humberto iniciou a pauta **V. Apresentação e discussão da Prorrogação do
157 Convênio entre o Instituto Raskin Sociedade Beneficente e a Secretaria Municipal de Saúde**, ressaltando que
158 a discussão deve se pautar no convênio e não na especialidade de Oftalmologia no município. A Dra. Valéria
159 iniciou a apresentação e prestação de contas de serviços de 2009, sendo dívida em dois períodos, janeiro a
160 março de 2009 e abril a dezembro de 2009, devido à redução do horário de atendimento do Instituto Raskin.
161 No primeiro período, apresentou o total financeiro orçado de R\$ 158.533,67 (cento e cinquenta e oito mil,
162 quinhentos e trinta e três reais e sessenta e sete centavos) e o total financeiro produzido de R\$ 102.775,02
163 (cento e dois mil, setecentos e setenta e cinco reais e dois centavos). No segundo período, apresentou o total
164 financeiro orçado de R\$ 125.320,47 (cento e vinte e cinco mil, trezentos e vinte reais e quarenta e sete
165 centavos) e o total financeiro produzido de R\$ 109.416,65 (cento e nove mil, quatrocentos e dezesseis reais e

166 sessenta e cinco centavos). Explico que o pagamento do convênio é por produção, ou seja, recebe a verba pelo
167 que produziu. Propõe a prorrogação do convênio por 06 (seis) meses. Abertas as falas, o Sr. Mendes questiona
168 se, mesmo com a demanda que existe, o conveniado produziu apenas 50% (cinquenta por cento) do
169 contratado e perguntou por que não havia representante do Instituto Raskin no pleno. A Sra. Maria Helena
170 questionou se os exames realizados no Instituto Raskin são referenciados pelo Sistema SOL e perguntou sobre
171 a demanda reprimida da especialidade de Oftalmologia. O Sr Trombetta perguntou como fica a situação em
172 relação ao pronto atendimento, pois o convênio anterior abrangia esse atendimento, questionando as razões
173 pelas quais não possui mais o pronto atendimento. Questionou o fluxo de encaminhamento de pacientes em
174 urgência/emergência em Oftalmologia. Criticou o tempo de espera para a realização de exames oftalmológicos
175 agendados pelo SOL. A Dra. Valéria explicou que o Instituto Raskin não atende emergência e sim urgência.
176 Explicou que o atendimento do conveniado de urgência nunca foi pelo Sistema SOL e sim, apenas referenciado.
177 Citou o exemplo de conjuntivite, como o primeiro atendimento na unidade básica de saúde. Sobre corpos
178 estranhos, explicou que muitos podem ser tratados nos prontos atendimentos, não sendo necessário, nesse
179 caso, encaminhar para prontos atendimentos oftalmológicos. Explicou que existe a defasagem entre a
180 produção e o contratado por falta de pacientes encaminhados, em alguns casos. Falou que o Instituto Raskin
181 não atende vinte e quatro horas por falta de pessoal e por dificuldades de contratação de médicos
182 oftalmologistas, inclusive em outros locais, como o Hospital Celso Pierro – PUCC. Sobre a demanda reprimida,
183 explicou que a falta de profissionais diminui a oferta, sendo estudada a ampliação da oferta no Penido Burnier,
184 que adquiriu novos equipamentos. Sobre o Sistema SOL, explicou que os procedimentos realizados no Instituto
185 Raskin são referenciados e não pelo Sistema SOL. Citou que estão sendo comprados equipamentos para o
186 Complexo Hospitalar Ouro Verde e para a Policlínica 2, para ampliar a oferta de exames e procedimentos. O Sr.
187 Trombetta encaminhou que fosse realizada a votação nominal. A Sra. Wilma solicitou a contagem de quórum,
188 sendo realizada pela Mesa Diretora. Em regime de votação sobre a **Prorrogação do Convênio entre o Instituto**
189 **Raskin Sociedade Beneficente e a Secretaria Municipal de Saúde** foi **APROVADA** pelo Conselho Municipal de
190 SAÚDE, votando **FAVORÁVEIS** os seguintes conselheiros: Sr. André, Sr. João Xavier, Sra. Maria de Fátima, Sra.
191 Izabel, Sra. Maria Helena, Sra. Maria José, Sra. Érica, Sr. Adilson Momento, Sra. Mercedes, Sra. Francisca
192 Francilete, Sr. José Augusto, Sr. Pedro Humberto, Sra. Rosaura, Sra. Simone, Sr. Eduardo Gauger; votando
193 **CONTRÁRIOS** os seguintes conselheiros: Sr. Trombetta, Sr. João das Graças, Sra. Wilma; e os seguintes
194 conselheiros **ABSTIVERAM-SE**: Sra. Denise Mateus, Sra. Leonilda, Sr. José Mendes Juvenal, Sr. Luis Cláudio. O
195 Sr. Pedro Humberto encerrou a reunião agradecendo a participação de todos. Nada mais a ser tratado, eu, José
196 Carlos Bortotto Junior, secretário executivo do Conselho Municipal de Saúde, lavro a presente ATA assinando-a
197 juntamente com os demais presentes.